



Atualizações normativas ANS



Resoluções normativas publicadas a partir de 25/01/2023.

Número da RN	Ementa	Início da vigência
RN nº 570 de 27/01/2023 DOU: 01/02/2023	Altera a Resolução Normativa - RN nº 557 (substituiu a RN 195), de 14 de dezembro de 2022. * Tornou sem efeito o § 2º, do art. 29, da RN nº 557, o qual deixava expressa a impossibilidade dos empresários individuais participarem da contratação múltipla.	01/02/2023
RN nº 571 de 08/02/2023 DOU: 10/02/2023	Altera a Resolução Normativa - RN nº 465 incorporar a cobertura do medicamento antineoplásico oral Zanubrutinibe , para o tratamento de pacientes adultos com linfoma de células do manto (LCM); o medicamento imunobiológico Dupilumabe , para o tratamento de pacientes adultos com dermatite atópica grave; o medicamento Romosozumabe , para o tratamento de mulheres com osteoporose na pós-menopausa, a partir dos 70 anos, e que falharam ao tratamento medicamentoso (duas ou mais fraturas); o procedimento " TERAPIA AVANÇADA PARA O TRATAMENTO DA ATROFIA MUSCULAR ESPINHAL (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO) ", visando garantir a cobertura obrigatória do medicamento especial Onasemnogeno abeparvoveque para o tratamento de pacientes pediátricos com até 6 meses de idade com AME tipo I que estejam fora de ventilação mecânica invasiva acima de 16 horas por dia; e do procedimento " ENSAIO PARA DOSAGEM DA LIBERAÇÃO DE INTERFERON GAMA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO) ", para a inclusão de pacientes com doenças inflamatórias imunomediadas e os receptores de transplante de órgãos sólidos, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 4º e 10 do art. 10 da Lei nº 9.656/1998.	10/02/2023

Número da RN	Ementa	Início da vigência
RN nº 572 de 23/02/2023 DOU: 24/02/2023	Altera a Resolução Normativa ANS nº 506, de 30 de março de 2022, que instituiu o Programa de Certificação de Boas Práticas em Atenção à Saúde de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde.	01/03/2023
RN nº 573 de 28/02/2023 DOU: 03/03/2023	<p><i>Altera a Resolução Normativa nº 519 (trata sobre as hipóteses de autorização prévia anual para movimentação da carteira de títulos e valores mobiliários), de 29 de abril de 2022; a Resolução Normativa nº 521 (trata sobre o registro, vinculação, custódia, movimentação e limites de alocação e de concentração na aplicação dos ativos garantidores), de 29 de abril de 2022; a Resolução Normativa nº 523 (trata sobre as adequações econômico financeiras), de 29 de abril de 2022 e a Resolução Normativa nº 557 (dispõe sobre as características e classificação dos planos de saúde), de 14 de dezembro de 2022.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Inseriu nas contratações múltiplas, a figura da administradora de Benefícios na condição de coestipulante do contrato firmado com a OPS, desde que a Administradora assumo o risco decorrente da inadimplência da pessoa jurídica contratante, com a vinculação de ativos garantidores suficientes para tanto.</i> 	03/04/2023

Número da RN	Ementa	Início da vigência
<p>RN nº 574 de 28/02/2023</p> <p>DOU: 02/02/2023</p>	<p>Dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde e revoga as Resoluções Normativas nº 393, de 9 de dezembro de 2015, nº 442, de 20 de dezembro de 2018, e nº 476, de 23 de dezembro de 2021. Processo 33910.015030/2021-40</p>	<p>03/04/2023</p>
<p>RN nº 575 de 08/03/2023</p> <p>DOU: 10/03/2023</p>	<p>Altera a Resolução Normativa - RN nº 465 para regulamentar a cobertura obrigatória do procedimento "TERAPIA MEDICAMENTOSA INJETÁVEL AMBULATORIAL (com DUT), com uso do medicamento alfaepoetina para o tratamento de pacientes adultos com Síndrome Mielodisplásica de Baixo Risco; do procedimento "ACILCARNITINAS, PERFIL QUALITATIVO E/OU QUANTITATIVO COM ESPECTROMETRIA DE MASSA EM TANDEM (com DUT), na triagem neonatal para detecção precoce da deficiência de acilCoA desidrogenase de cadeia média (MCADD)</p>	<p>10/03/2023</p>
<p>RN nº 576 de 21/03/2023</p> <p>DOU: 22/03/2023</p>	<p>Altera a Resolução Normativa - RN nº 465, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória da CIRURGIA DE ESTERILIZAÇÃO FEMININA (LAQUEADURA TUBÁRIA/LAQUEADURA TUBÁRIA LAPAROSCÓPICA) e da CIRURGIA DE ESTERILIZAÇÃO MASCULINA (VASECTOMIA), em decorrência da alteração da Lei nº 9.263/1996, pela Lei nº 14.443/2022, com base no artigo 38 da RN nº 555/2022</p>	<p>22/03/2023</p>



Obrigada

Juliane L. Anzolin

